



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V - ESCRITOR JOSÉ LINS DO REGO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

TIAGO ALEXANDRE COSTA E SILVA

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DOS ARQUIVOS

**JOÃO PESSOA
2022**

TIAGO ALEXANDRE COSTA E SILVA

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DOS ARQUIVOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suerde Miranda de Oliveira Brito

**JOÃO PESSOA
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586s Silva, Tiago Alexandre Costa e.
Saúde e segurança do trabalho dos profissionais dos arquivos [manuscrito] / Tiago Alexandre Costa e Silva. - 2022.
39 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Suerde Miranda de Oliveira Brito, Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA."

1. Qualidade de vida no trabalho. 2. Saúde e segurança no ambiente arquivístico. 3. Saúde e segurança no trabalho. I.

Título

21. ed. CDD 613.62

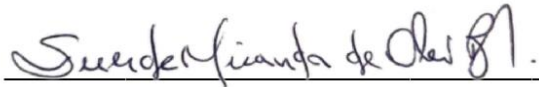
TIAGO ALEXANDRE COSTA E SILVA

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DOS ARQUIVOS

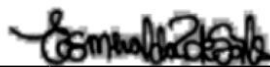
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em: 01/08/2022.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Suerde Miranda de Oliveira Brito (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Esmeralda Porfirio de Sales
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Sânderson Lopes Dorneles
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A **Deus**, por nos ter proporcionado saúde para continuarmos batalhando e também por ser ele a esperança dos que sofrem. E ao meu pai, in memoriam.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Aos meus pais, Josefa Dias da Costa e João Alexandre da Silva (*In memoriam*), irmãos, esposa, filhos e sobrinhos que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

Em especial a minha orientadora, Dra. Suerde Miranda de Oliveira Brito, que conduziu o trabalho com paciência e dedicação, sempre disponível a compartilhar todo o seu vasto conhecimento.

A banca examinadora, na pessoa da Profa. Ma. Esmeralda Porfirio de Sales e do Prof. Me. Sânderson Lopes Dorneles que aceitaram abrilhantar esta apresentação com suas presenças ilustres, compondo a banca.

Aos meus amigos e camaradas incansáveis de trabalhos, Aluísio e Joilis que me mostraram o real sentido de amizade e perseverança.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

RESUMO

Entre as atividades desenvolvidas pelos arquivistas estão presentes riscos ocupacionais que podem ser identificados, prevenidos ou minimizados, proporcionando um ambiente de trabalho saudável e com Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). A saúde e bem-estar do arquivista devem ter atenção, assim como é dada à conservação e preservação dos acervos arquivísticos. A exposição aos riscos ocupacionais, biológicos, físicos, químicos, ergonômicos e de acidentes, em decorrência do desconhecimento ou não adesão aos Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletivos (EPCs), implicam na necessidade de desenvolvimento de práticas que envolvem a adoção de medidas administrativas, técnicas, educativas e sociais. O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, de abordagem qualitativa, tomando-se como norte a análise de obras bibliográficas que fazem referência ao tema Saúde e Segurança do Trabalho dos Profissionais dos Arquivos, objetivando apresentar formas de minimizar ou controlar os fatores de riscos ocupacionais dos arquivistas. Enumera os EPIs e EPCs, a necessidade da observância de Normas Regulamentadoras (NR), as práticas saudáveis como meios de promover conforto, saúde e segurança dos profissionais cujas práticas são desenvolvidas no ambiente de trabalho em que se processa a higienização, organização e guarda de documentos arquivísticos. Destaca-se que as instituições arquivísticas precisam desenvolver programas para a promoção da saúde e qualidade de vida de seus colaboradores e a necessidade de atenção aos fatores de riscos psicossociais.

Palavras-Chave: Qualidade de Vida no Trabalho; saúde e segurança no ambiente arquivístico; Saúde e Segurança no Trabalho.

ABSTRACT

Among the activities developed by archivists are occupational risks that can be identified, prevented or minimized, providing a healthy work environment and Quality of Work Life (QWL). The health and well-being of the archivist must be addressed, as is the conservation and preservation of archival collections. Exposure to occupational, biological, physical, chemical, ergonomic and accident risks, as a result of ignorance or non-adherence to Personal Protective Equipment (PPE) and Collective Protection Equipment (EPCs), imply the need to develop practices that involve the adoption of administrative, technical, educational and social measures. The present work is characterized as a bibliographical research of an exploratory nature, with a qualitative approach, taking as a guide the analysis of bibliographic works that make reference to the theme Health and Safety at Work of Archive Professionals, aiming to present ways to minimize or control occupational risk factors for archivists. It lists the PPE and EPCs, the need to comply with Regulatory Norms (NR), healthy practices as a means of promoting comfort, health and safety of professionals whose practices are developed in the work environment in which hygiene, organization and storage of archival documents. It is noteworthy that archival institutions need to develop programs to promote the health and quality of life of their collaborators and the need to pay attention to psychosocial risk factors.

Keywords: Key words: Quality of Life at Work; health and safety in the archival environment; Health and Safety at Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Técnica de levantamento apropriado de caixa.....	25
Figura 2 - Movimentação de material: imprópria X apropriada.....	25
Figura 3 - Ajuste do mobiliário.....	25
Figura 4 - Suportes ergonômicos.....	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERGO - Associação Brasileira de Ergonomia
ANAMT – Associação Nacional de Medicina do Trabalho
BPM - Business Process Management
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos
DB - Decibéis
DORT - Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho
EPC - Equipamento de Proteção Coletiva
EPI - Equipamento de Proteção Individual
LER - Lesão por Esforço Repetitivo
LTR - Lesão por Trauma Repetitivo
NR - Norma Regulamentadora
NBR – Norma Brasileira
OMS - Organização Mundial da Saúde
QVT - Qualidade de Vida no Trabalho
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 A PROFISSÃO DE ARQUIVISTA.....	13
2.2 AS ATIVIDADES NO AMBIENTE ARQUIVÍSTICO.....	16
2.3 RISCOS OCUPACIONAIS.....	18
2.3.1 <i>Riscos físicos</i>	19
2.3.2 <i>Riscos químicos</i>	20
2.3.3 <i>Riscos biológicos</i>	21
2.3.4 <i>Riscos ergonômicos</i>	22
2.3.5 <i>Riscos de acidentes</i>	22
2.3.6 <i>Riscos psicossociais</i>	22
3 CONTROLE E REDUÇÃO DE FATORES DE RISCOS OCUPACIONAIS E PRÁTICAS SEGURAS NO AMBIENTE LABORAL	23
3.1 ERGONOMIA.....	23
3.2 GESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO.....	26
3.3 A IMPORTÂNCIA DO EPI E DO EPC.....	27
3.4 PROGRAMAS PARA A PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES E BIOSEGURANÇA.....	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da formação acadêmica do curso de bacharelado em Arquivologia, estudamos a sua origem, seu desenvolvimento, conceituações, fundamentações, princípios, classificação e abrangência da área de aplicação. Para estes estudos estão disponíveis uma gama de referências de conceituados autores na área da Arquivologia. Visando a orientação de alunos e profissionais da área arquivística, essas disciplinas referem-se à formação do profissional, legislação arquivística, planejamento, organização e gerenciamento de arquivos, conservação e preservação de acervos. A bibliografia dirigida aos discentes trata de assuntos essenciais para a aquisição de conhecimento, gerando questionamentos e garantindo ao futuro profissional estar apto às tomadas de decisões, com as competências necessárias para desempenhar seu trabalho frente às instituições.

Ao discente do curso de Arquivologia é imprescindível o conhecimento sobre temas que se propõe o objetivo principal da Arquivologia, que é disponibilizar o acesso à informação para as instituições, tendo o documento como prova de suas atividades. A obtenção desse objetivo somente será possível através da aplicação dos métodos e técnicas arquivísticas, inclusive os conhecimentos de conservação e preservação necessários para manter a qualidade e a integridade do suporte documental.

Entretanto, no decorrer da formação acadêmica em Arquivologia, observamos que o tema relativo à saúde e segurança do trabalhador em locais que tratam acervos documentais é de suma importância, tanto para as organizações como para seus colaboradores. Este tema, que merece ser objeto de pesquisa, pois envolve questões sobre como propiciar um correto ambiente de trabalho, visando à melhor qualidade de vida daqueles que trabalham nos ambientes arquivísticos, é de extrema relevância para conhecimento de todos os envolvidos na área arquivística.

O sistema de Saúde e Segurança no Trabalho tem como objetivo promover um ambiente de trabalho seguro e saudável através de uma estrutura que permite à sua organização identificar e monitorar sistematicamente os riscos à saúde e segurança do trabalhador. Adotar medidas de segurança é muito importante para proteger os profissionais de arquivos, no entanto se faz necessário fazer um trabalho educativo junto a eles para que entendam a importância de se colocar em prática diariamente as normas de segurança adotadas pela empresa para que os mesmos não tenham a saúde afetada ou sofram algum tipo de acidente ao realizarem o seu trabalho.

Segundo Monteiro, Lima e Sousa (2005, p. 2),

A preservação da saúde e da segurança no ambiente de trabalho constitui uma das principais bases para o desenvolvimento adequado da força de trabalho, sendo indispensável quando se espera ter um ambiente produtivo e de qualidade. O sucesso na obtenção dos resultados está intimamente relacionado com a valorização do recurso humano dentro da empresa, como um dos fatores primordiais.

Para Araújo (2006b), as organizações devem garantir que suas operações e atividades sejam realizadas de maneira segura e saudável para os seus empregados, atendendo aos requisitos legais de saúde e segurança, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e normas regulamentadoras que tratam de segurança e saúde ocupacional. Assim, o sistema de gestão atua no comprometimento e atendimento aos requisitos legais e regulatórios, podendo trazer inúmeros benefícios tanto do ponto de vista financeiro quanto do ponto de vista motivacional.

Hoje em dia, governos, empregadores e trabalhadores reconhecem que a implantação de QVT provoca impactos positivos tanto na redução de fatores de risco como no aumento da produtividade das organizações.

Assim as organizações, precisam de colaboradores capacitados, motivados e bem remunerados, que apresentem soluções para os problemas e gerando, como desdobramento desse processo, maior vitalidade e visibilidade para as mesmas.

A escolha do tema do presente estudo surgiu a partir de aulas do componente curricular Saúde e Segurança no Trabalho, ministradas no 7º período do curso de Bacharelado em Arquivologia da UEPB - CAMPUS V. Já com um olhar mais aguçado como discente do curso, despertou-me a ideia de fazer uma pesquisa a respeito da saúde e segurança dos arquivistas no desenvolvimento de suas atividades.

A importância dessa pesquisa para a Arquivologia, apoia-se no posicionamento de Rodrigues (2006), para quem se faz necessário garantir a segurança e saúde daqueles que se tornam responsáveis pelas informações contidas nos arquivos.

Nas atividades desenvolvidas pelos arquivistas estão presentes riscos ocupacionais que podem ser identificados, prevenidos ou minimizados, proporcionando um ambiente de trabalho saudável e Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). A saúde e bem-estar do arquivista devem ter atenção, assim como dada à conservação e preservação dos acervos arquivísticos. A exposição aos riscos ocupacionais biológicos, físicos, químicos, ergonômicos e de acidentes, em decorrência do desconhecimento ou não adesão aos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e

Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), implicam na necessidade de desenvolvimento de práticas que envolvem a adoção de medidas administrativas, técnicas, educativas e sociais. Nesta direção, perguntamos: Quais as formas de minimizar ou controlar os fatores de riscos ocupacionais do arquivista? Quais são as práticas seguras no ambiente de trabalho do arquivista?

O objetivo geral do presente trabalho é apontar formas de minimizar ou controlar os fatores de riscos ocupacionais do arquivista e as práticas seguras no seu ambiente de trabalho.

São objetivos específicos:

- Realizar pesquisa bibliográfica sobre saúde e segurança no ambiente arquivístico;
- Identificar os riscos ocupacionais no ambiente arquivístico;
- Enumerar práticas que eliminem ou minimizem os riscos de danos à saúde.

No que concerne à metodologia, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória e descritiva, tomando-se como norte a análise de obras bibliográficas que fazem referência ao tema Saúde e Segurança no Trabalho e no Ambiente Arquivístico. A pesquisa exploratória, em regra geral, é o tipo de pesquisa realizada quando o tema escolhido é pouco explorado, sendo difícil a formulação e operacionalização de hipóteses. Muitas vezes, se constitui em um primeiro passo para a realização de uma pesquisa mais aprofundada. (OLIVEIRA, 2018). Tem por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Para Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas.

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria

ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2003, p. 10)

A importância dessa pesquisa para a Arquivologia, apoia-se na citação de Rodrigues (2006, p. 106), que considera o arquivo um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento da missão predefinida de uma entidade coletiva, pessoa ou família. Por se ter certa a missão desses documentos, como não garantir, com adequada prevenção, a saúde e segurança daqueles que se tornam responsáveis por manter a informação segura e preservada, bem como o ambiente em que são atuantes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes da procura de conhecimentos relacionado à saúde do Arquivista, e relatar os riscos inerentes ao seu local de trabalho e doenças ocasionalmente adquiridas, bem como as suas respectivas medidas preventivas, é preciso fazer uma rápida abordagem sobre a realidade dos arquivos no Brasil.

Para iniciar a real compreensão da situação dos arquivos no Brasil, faz-se necessário observar e analisar organizações através de três aspectos importantes: o Governo, a sociedade e os profissionais que atuam no ambiente arquivístico. Há a necessidade de obter um correto entendimento das atividades arquivísticas por meio, de alguns pontos importantes como: a importância desses locais, a necessidade de existir, a quem é destinado e o trabalho que as instituições responsáveis por manter os acervos documentais, executam, sem deixar de destacar que os profissionais atuantes nesses locais não são somente arquivistas, mas outros trabalhadores de áreas afins.

2.1 A PROFISSÃO DE ARQUIVISTA

A profissão de Arquivista foi regulamentada pela Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, e pelo Decreto nº 82.590, de 06 de novembro de 1978. Este profissional é o

responsável por controlar, vigiar, tratar guardar, conservar e administrar acervos, garantindo o direito fundamental ao acesso à informação, prescrito por lei.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.26): “Arquivista é o profissional de nível superior, com formação em arquivologia ou experiência reconhecida pelo Estado”.

A valorização da informação como recurso de crescimento econômico dentro das empresas, tem mostrado um mercado de extrema competitividade entre as organizações. A busca por um profissional que saiba suprir esta necessidade informacional é direcionada ao profissional arquivista, preparado para enfrentar os desafios de preservar a informação.

O arquivista hoje não pode esquecer que viver e atuar profissionalmente na chamada "era da informação", na qual, as tecnologias da informação e da comunicação têm presença marcante. Os novos suportes documentais, com os quais terá que lidar, exigem conhecimento, competência, métodos e meios de produção, utilização e conservação físicas especiais. São fatores novos sobre os quais os arquivistas passam agora a serem instruídos e treinados, não obstante correrem o risco de, em virtude do vertiginoso crescimento das possibilidades da eletrônica nas áreas documentais, nunca conseguirem abarcar a plenitude destes conhecimentos tão mutantes e dependentes de equipamentos tão rapidamente tornados obsoletos (BELLOTTO, s/d, p. 1).

A resolução da problemática do acesso à informação e à guarda de documentos nas organizações está na contratação de arquivistas competentes e capacitados para enfrentar a enorme massa documental acumulada sem tratamento. Contudo, é essencial e extremamente importante ter total conhecimento das atividades empresariais ou o processo do negócio - BPM Business Process Management - para auxiliar na gestão documental e evitar o aumento no volume dos documentos recebidos, produzidos e acumulados.

[...] os documentos são primeiramente organizados, mantidos e usados ativamente por seus criadores, depois são armazenados por um período adicional de uso não frequente e, finalmente, quando seu uso operacional termina completamente, são selecionados como de valor arquivístico e transferidos para um arquivo ou declarados sem valor e destruídos (COOK, 1986 *apud* RONDINELLI, 2006, p.41).

A valorização da imagem do profissional qualificado tem levado as organizações à procura de qualidade que interaja com o recurso informacional produzido por elas. A competitividade devastadora do mercado de trabalho leva a um profissional que saiba lidar com o crescimento econômico das organizações, como também no desenvolvimento de seus produtos e serviços, como o gerenciamento de toda a

informação produzida, colocando o profissional arquivista completamente inserido no processo empresarial.

O autor supracitado complementa que:

[...] o mercado é muito mais perverso do que essa lógica regulamentadora, sobretudo quando estamos falando de um mercado de um capitalismo selvagem. Esse mercado encontra, nesse contexto, as soluções que lhe pareçam as mais convenientes, sob a chamada “lógica de mercado”, para categorizar, inserir ou excluir profissionais com esse ou aquele perfil. Por isso, acho que a formação profissional deve considerar evidentemente o mercado de trabalho, mas não pode estar referida a um imperativo de mercado. Seria algo absolutamente medíocre e redutor. É preciso formar um arquivista que seja um cidadão crítico. Crítico em relação à sua profissão, ao seu tempo, à sua inserção social. (JARDIM, 2006, p.13).

Atualmente, o arquivista participa de negócios empresariais e também ativamente nas decisões importantes que envolvam o fluxo documental e informacional dessas organizações, usando o conhecimento adquirido e otimizando os processos da informação com a prática obtida pelo seu desempenho profissional.

Ainda para Jardim (2006, p. 13):

[...] um bom arquivista hoje tem que dar conta da complexa especificidade da Arquivologia, mas exercita seu ofício tendo também conhecimento de outros saberes afins. Isso significa profissionais [...] mais habilitados, mais capacitados para estabelecer perguntas pertinentes e encontrar os caminhos que favoreçam o levantamento ou a busca adequada de soluções que são cada vez mais efêmeras, que se dão numa velocidade cada vez mais rápida. Decididamente – e isso é ótimo – não se fazem mais arquivista como antigamente.

Este desempenho profissional adquirido está relacionado com a formação acadêmica dos arquivistas nas universidades. E estas desempenham um papel importantíssimo no desenvolvimento e crescimento destes profissionais. Hoje o conhecimento multidisciplinar tornou-se imprescindível, sendo valorizado pelas organizações que buscam por profissionais de excelência.

A esse respeito, Jardim (2006, p. 14) avaliou:

[...] o mínimo que a formação tem que garantir, ao futuro profissional, é a capacidade dele reconhecer esse universo em transformação, no qual ele atuará e que, a essa altura, está longe de ser esse apenas um local físico. O arquivista gerencia um processo. É um processo informacional com características específicas, mas não isoladas de um contexto mais amplo no qual se dão tantas transformações na produção e uso de informações. Boa parte das eventuais dificuldades em gerenciar esse processo tem a ver com a formação do arquivista. Não se trata de esperar que a formação ofereça essa visão de maneira consolidada, mas sim que reconheça a complexidade que hoje é o universo da informação arquivística e favoreça profissionais qualificados para esses novos cenários.

Como o processo informacional das organizações cresce com o passar dos anos, a busca por qualidade tornou-se fundamental no desenvolvimento destas e por um profissional com perfil desafiador, empreendedor e disposto a apresentar soluções inovadoras que ajudem a resolver problemas. Hoje, o Arquivista destaca-se como colaborador do desenvolvimento organizacional. Para desempenhar suas atividades, ora o faz em ambientes saudáveis, ora não, e assim, pode se expor a riscos ocupacionais, conforme sejam suas práticas e no caso específico dos riscos psicossociais, dependerá do processo de interiorização da vivência dos fatores de risco no ambiente laboral.

2.2 AS ATIVIDADES NO AMBIENTE ARQUIVÍSTICO

No desenvolvimento das atividades arquivísticas, um dos focos da atividade é em relação aos corretos procedimentos a serem tomados na gestão dos documentos do acervo, cuidados com seu manuseio, limpeza, conservação e preservação, independentemente do suporte documental. Mesmo durante a formação acadêmica, o principal objetivo de estudo são os cuidados que devem ser administrados ao documento.

No entanto, a atividade arquivística é mais complexa e abrangente do que atualmente vem sendo estudado. Não podemos restringi-lo e simplificá-lo apenas ao seu objeto de estudo, que é o acesso à informação. Esse universo compreende muito além do que se propõe em um primeiro momento. Neste sentido é importante conhecermos todos os aspectos que circundam esse trabalho.

Os arquivos ou centros de documentação, responsáveis pelo tratamento documental, comparados aos demais setores de uma instituição, diferenciam-se por suas funções, mobiliário, equipamentos, instalações elétricas e hidráulicas e principalmente por necessitar de um maior controle em suas atividades e cuidados específicos em seu ambiente de trabalho.

Nesses locais, o acervo documental necessita de cuidados específicos no seu tratamento e armazenamento devido à presença de agentes físicos, químicos ou biológicos que poderão estar contidos em seu suporte documental. Estes locais estão mais propensos a agentes nocivos, o que torna imprescindível um maior controle, precaução e conscientização dos trabalhadores em manter este ambiente

saudável e seguro para a execução de suas atividades.

Vivemos cercados por situações de riscos tanto no trabalho, quanto em casa ou no trânsito. Muitas vezes negligenciamos nosso ambiente de trabalho, julgando que o nosso colega ou a direção são responsáveis. Na realidade, podemos todos unidos modificar o ambiente de trabalho prevenindo situações de risco. A legislação trabalhista brasileira prevê a formação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Além da CIPA, existem as Normas Regulamentadoras (NR) relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. São de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos de administração direta e indireta, bem como pelos órgãos do poder legislativo e judiciário.

Diante do que foi apresentado, percebemos que o trabalho e o saber arquivístico carecem de um maior enfoque sobre as informações a respeito dos cuidados quanto à preservação da saúde e segurança no desempenho das atividades.

No Brasil, existem normas que regulamentam a obrigatoriedade das instituições públicas ou privadas em proporcionar o adequado ambiente aos seus trabalhadores. Entretanto, devido à questão cultural, os arquivos, em grande parte, estão instalados em lugares inadequados, afastados da atenção de todos e servem apenas para depósito de documentos. Não recebem a devida atenção quanto à limpeza, instalações adequadas e os cuidados a serem empregados visando proporcionar o adequado ambiente de trabalho. A desatenção quanto aos cuidados a serem observados na correta gestão do ambiente permite que este esteja propenso ao desenvolvimento de fatores de riscos que poderão desencadear a incidência de agravos à saúde do trabalhador.

A bibliografia que pode orientar os profissionais acerca da necessidade de manter o ambiente de trabalho adequado, visando à saúde e segurança dos arquivistas é escassa. E, na maioria das vezes, refere-se à construção e adequação de prédios, orientando sobre as corretas instalações para o acervo dos arquivos e não visando as adequações à saúde e segurança dos trabalhadores que exercem as atividades arquivísticas desses locais.

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) disponibiliza em seu site uma importante publicação, destinada a orientar a construção, adaptação e reforma de edifícios que atendam às funções específicas de um arquivo permanente. Intitulada “Recomendações para a Construção de Arquivos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005), é

uma obra rica em detalhes, que apresenta as peculiaridades necessárias para a construção dos prédios destinados a armazenar o acervo documental, mas que traz poucas informações a respeito das reais necessidades para o conforto e bem estar do Arquivista.

No tocante à legislação brasileira, encontramos igualmente poucas referências específicas ao trabalho realizado em arquivos. Em sua maioria, referem-se aos direitos e deveres no âmbito do Governo, empregadores e empregados de uma maneira geral, contemplando todas as profissões.

Na seção seguinte, discorreremos mais especificamente sobre os riscos ocupacionais de um modo em geral, para em seguida destacarmos as formas de prevenção e minimização dos riscos à saúde dos arquivistas.

2.3 RISCOS OCUPACIONAIS

Os profissionais da informação, assim como os profissionais de uma maneira geral, estão sujeitos a se deparar com diversas ameaças que podem estar presentes tanto no local de trabalho, quanto na documentação. Segundo define o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001, p. 37), “situação ou fator de risco é uma condição ou conjunto de circunstâncias que tem o potencial de causar um efeito adverso, que pode ser: morte, lesões, doenças ou danos à saúde, à propriedade ou ao meio ambiente”. Os fatores de risco para a saúde e segurança dos trabalhadores, que refletem na preservação e conservação dos documentos, bem como na garantia de salubridade do ambiente, podem ser classificados em cinco grandes grupos: riscos físicos, riscos químicos, riscos biológicos, riscos ergonômicos e os riscos mecânicos ou de acidente.

O reconhecimento das condições de risco no trabalho envolve um conjunto de procedimentos que visam definir se existe ou não um problema para a saúde do trabalhador e, no caso afirmativo, estabelecer sua provável magnitude, identificar os agentes potenciais de risco e as possibilidades de exposição. É uma etapa fundamental do processo que [...] servirá de base para a decisão quanto às ações a serem adotadas e para o estabelecimento de prioridades. Reconhecer o risco significa identificar, no ambiente de trabalho, fatores ou situações com potencial de dano, isto é, se existe a possibilidade de dano. Avaliar o risco significa estimar a probabilidade e a gravidade de que o dano ocorra. Deve ser lembrado que existe uma diferença entre a capacidade que tem um agente para causar dano e a possibilidade de que este agente cause o dano. O potencial intrínseco de um agente tóxico para lesar a saúde só se concretiza se houver condições para que este agente alcance o(s) órgão(s) crítico(s) que ele pode danificar. (BRASIL, 2001)

Existem poucos trabalhos voltados aos profissionais da informação sobre como

manter o ambiente de trabalho adequado às suas necessidades, visando garantir sua saúde e segurança. É comum encontrarmos várias produções voltadas à preservação e conservação do acervo presente nos arquivos, nas bibliotecas, nos museus e nos centros de documentação. Além disso, há uma certa facilidade na localização de publicações que abordam a adequação desses ambientes, como as condições das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, além dos níveis ideais de temperatura e umidade para a preservação documental. Tais medidas preventivas acabam atingindo em segundo plano os profissionais da informação, mas não são ações voltadas para eles, na maioria das vezes.

2.3.1 *Riscos físicos*

De acordo com a NR-09, os agentes físicos são as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, temperaturas extremas, umidade relativa, vibrações, pressões anormais, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infrassom e o ultrassom. Apenas três fatores de riscos físicos serão destacados, uma vez que são os mais comuns nos ambientes de trabalho dos profissionais da informação.

a) Ruídos

Os níveis de ruído no ambiente de trabalho devem ser detectados e controlados para que o bem estar e o conforto dos trabalhadores seja garantido. Segundo a NR-17, nos locais onde são realizadas atividades que exijam atenção, como salas de leitura e escritório, são recomendados os níveis de ruído estabelecido pela NBR 10152, de 60 decibéis (dB). Em ambientes onde não há necessidade desse controle de som, o recomendado são 65 dB para o conforto dos indivíduos.

b) Temperatura

A temperatura ideal em arquivos, bibliotecas e centros de documentação, segundo a NR-17, deve ficar entre 20°C e 23°C. O acervo presente nesses locais normalmente é sensível à variação brusca de temperatura e outros fatores de risco, assim como os trabalhadores. Ambientes muito quente ou muito frio afetam a concentração e são um empecilho na execução eficiente das atividades. Cassares (2000) afirma que o calor acelera a deterioração dos documentos, estimulando as

reações químicas e favorecendo a proliferação de microorganismos. A NR-17 ainda esclarece que as instituições podem se valer da instalação de ares-condicionados, com “projetos adequados de climatização dos ambientes de trabalho que permitam distribuição homogênea das temperaturas e fluxos de ar utilizando, se necessário, controles locais e/ou setorizados da temperatura, velocidade e direção dos fluxos”.

c) **Umidade**

A umidade relativa do ar recomendada pela NR-17 não deve ser inferior a 40% em ambientes de trabalho tais como escritórios e salas de leitura. Em acervos documentais ou outros espaços destinados à preservação e conservação de documentos arquivísticos, a umidade relativa deve ficar entre 45% e 50%, segundo Cassares (2000), evitando o possível para que não haja oscilações superiores a 10% dos valores estabelecidos, tanto para mais quanto para menos. Segundo o autor, “as flutuações de temperatura e umidade relativa do ar são muito mais nocivas do que os índices superiores aos considerados ideais”. No acervo, a alta umidade pode proporcionar as condições necessárias para desencadear intensas reações químicas nos documentos, além de, junto aos níveis elevados de temperatura, propiciar o surgimento de fungos, que podem acarretar problemas respiratórios e alérgicos nos profissionais de informação que executam suas atividades nesses ambientes. Para medir a umidade relativa do ar e a temperatura deve-se utilizar o termo-higrômetro e para regulá-la usa-se um desumidificador.

2.3.2 *Riscos químicos*

De acordo com a NR-09, pode-se considerar como agentes químicos:

[...] as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão.

Os poluentes contribuem para a deterioração dos materiais presentes em arquivos e bibliotecas e podem ser separadas em dois tipos de poluente: os gases e as partículas sólidas. Os gases podem provocar reações químicas causando danos irreversíveis nos materiais, como por exemplo a descoloração do papel. As partículas sólidas podem ter origem externa, como o dióxido de enxofre e o ozônio, ou podem

ter origem interna, sendo gerada no próprio ambiente, como a poeira. (CASSARES, 2000).

É recomendado que se evite utilizar produtos químicos, como solventes, anilinas, tinturas e álcool, visto que estes exalam vapores que podem prejudicar a integridade dos documentos e desencadear reações alérgicas e irritações no corpo dos profissionais que trabalham nesses ambientes. Os riscos químicos são mais frequentes em laboratórios de preservação, conservação e restauração de documentos, uma vez que há utilização de algumas substâncias químicas.

2.3.3 *Riscos biológicos*

A NR-09 define os agentes biológicos como sendo bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros microorganismos patogênicos que podem causar danos aos documentos de um acervo e à saúde dos profissionais da informação. Além desses patógenos que podem passar despercebidos aos olhos dos trabalhadores, há ainda a presença de animais mais notórios nos ambientes de trabalho com defasagem de conservação e higiene, como os insetos (incluindo as brocas, cupins, traças e baratas) e os roedores.

Para que se proliferem e se espalhem pelos arquivos, bibliotecas e centros de documentação, os agentes biológicos mencionados demandam um ambiente favorável e confortável para eles. Para que atinjam o conforto ambiental ideal, é necessário que se tenha uma fonte de alimentação, pouca circulação de ar, temperatura e umidade relativa do ar elevadas. (CASSARES, 2000, p.17).

É importante avaliar o ambiente de trabalho a que os profissionais da informação estão expostos. O controle de infestações e o manejo dos agentes biológicos dependem do tipo de atividade desempenhada, o ambiente acometido e o nível da infestação. Em locais onde há guarda permanente de documentos, bem como museus e unidades de conservação e preservação de documentos, não é recomendada a prática de aplicação de inseticidas, raticidas e fungicidas por pulverização, visto que os compostos químicos voláteis presentes nos produtos se dispersam pelo ar, podendo contaminar os materiais e os profissionais.

2.3.4 *Riscos ergonômicos*

O Ministério da Saúde esclarece que os riscos ergonômicos, regulamentados pela NR – 17, e psicossociais são aqueles que decorrem da organização e gestão do trabalho, como, por exemplo: da utilização de equipamentos, máquinas e mobiliário inadequados, levando a posturas e posições incorretas; locais adaptados com más condições de iluminação, ventilação e de conforto para os trabalhadores; trabalho em turnos e noturno; monotonia ou ritmo de trabalho excessivo, exigências de produtividade, relações de trabalho autoritárias, falhas no treinamento e supervisão dos trabalhadores, entre outros. (BRASIL, 2001).

2.3.5 *Riscos de acidentes*

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), os riscos de acidentes mecânicos são aqueles “ligados à proteção das máquinas, arranjo físico, ordem e limpeza do ambiente de trabalho, sinalização, rotulagem de produtos e outros que podem levar a acidentes do trabalho”.

Os riscos acidentais estão ligados à correta administração do ambiente de trabalho. Um ambiente seguro e saudável em arquivos, bibliotecas e centros de documentação é primordial para a execução das atividades sem riscos ao desempenho. Segundo Lima e Silva (2012, p. 143), um ambiente satisfatório “produz condições que geram economia de recursos físicos, financeiros e tecnológicos, assim como satisfação do trabalhador e visibilidade positiva por parte dos usuários”.

2.3.6 *Riscos Psicossociais*

Para Glina (2010, p. 15), os riscos psicossociais são “aspectos do desenho do trabalho, organização e gerenciamento do trabalho e seus contextos sociais e ambientais, que têm o potencial de motivar danos psicológicos e sociais ou físicos”.

Abrangem: (a) fatores relacionados ao ambiente de trabalho que podem afetar a saúde mental do trabalhador e (b) agentes externos que abalam o estado emocional e psicológico do profissional, reduzindo sua capacidade produtiva.

Zanelli e Kanan (2018) exemplificam os riscos e fatores de riscos mais comuns: assédio moral, sexual e violência no trabalho; consumo abusivo de substâncias;

corrupção; estresse; *Burnout*; transtornos do humor e de ansiedade e suicídio no trabalho, mas defendem a existência de fatores psicossociais positivos ou protetivos, cujas consequências incluem: bem-estar no trabalho, satisfação e engajamento e práticas positivas de liderança

Para finalizar a presente seção, destacamos que enumerar riscos ocupacionais, mesmo com a inclusão de alguns comentários sobre como desenvolver a redução dos danos à saúde, não dispensa a necessidade de discorrer sobre formas de prevenção de riscos e promoção da saúde.

Segundo Brito (2004), existe uma noção de saúde vinculada ao processo de trabalho, que é vista como conquista permanente. Nessa perspectiva, segundo ela, o combate aos danos à saúde se dá principalmente por mudanças no processo de trabalho e nas relações sociais que o envolvem. Significa ser necessário conhecer como o trabalho é realizado e sob quais relações sociais, para que os danos à saúde sejam interpretados e combatidos com mudanças no processo de trabalho e nas relações sociais que o envolvem. Seguirmos, estão, discorrendo acerca da Ergonomia, Qualidade de Vida no Trabalho e sobre a importância do uso dos EPIs e EPCs.

3 CONTROLE E REDUÇÃO DE FATORES DE RISCOS OCUPACIONAIS E PRÁTICAS SEGURAS NO AMBIENTE LABORAL

A exposição feita na presente seção considera o ambiente laboral de uma forma em geral, enfatizando os aspectos que se aplicam às práticas desenvolvidas pelos arquivistas.

3.1 ERGONOMIA

A ergonomia consiste em possibilitar uma pessoa a realizar uma determinada atividade adequando os recursos e o meio a seu favor, ou seja, é uma medida de prevenção essencial para o desenvolvimento correto das atividades dos profissionais ao seu ambiente de trabalho.

Trata-se do conjunto de regras e procedimentos que estudam a organização do ambiente de trabalho e as interações entre o homem, as máquinas e os

equipamentos. Seu objetivo é reduzir riscos, atuando nas condições dos espaços físicos de empresas, organizações e organização de processos corporativos. Além de proporcionar conforto para o trabalhador, busca prevenir doenças ocupacionais. Como por exemplo lesões, dores no corpo e preservação das capacidades físicas e psicológicas de seus colaboradores.

A Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO) define ergonomia como “[...] o estudo das interações do homem com o trabalho, máquinas, equipamentos e meio ambiente, visando melhorar a segurança, conforto e eficiência das atividades humanas”. Regulamentada pela NR-17, estabelece parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, visando proporcionar o máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente, e fundamentando as adaptações necessárias para uma atividade sem risco, a exemplo de como realizar como o transporte individual de materiais; e quais mobiliários, equipamentos e condições são adequadas nos postos de trabalho.

Conforme destacam Silva *et al.* (2019), a Ergonomia contribui para a melhoria da postura e prevenção de doenças ocupacionais; para aumentar a produtividade; evitar afastamento e ausência no trabalho; proporcionar saúde e bem-estar ao colaborador durante sua uma jornada de trabalho; além de propiciar valorização profissional, diante do sentimento de ser reconhecido; e qualidade de vida, por meio de equipamentos ergonômicos, intervalos, ginástica laboral; entre outros.

No ambiente de trabalho com arquivo físico, diversas condições podem comprometer o conforto, o desempenho e a segurança no decorrer das suas atividades. Neste sentido, a NR-17 determina meios técnicos apropriados, como o transporte manual de cargas, que não deve exceder o peso suportado pelo indivíduo, pode contar com o auxílio de carrinhos de transporte e deve ser realizado em conformidade com a estrutura corporal, ou seja, deve-se manter a coluna ereta e agachar-se, usando a força muscular das pernas, quando levantar-se, como mostra a Figura 1; e fazer o giro do corpo todo, ou seja, fazendo movimento de rotação também das pernas com os pés apontados para a direção de deslocamento, como pode ser visto na Figura 2, para não comprometer a coluna.

Figura 1: Técnica de levantamento apropriado de caixa



Fonte: dreamstime 1.
Disponível em: <https://www.dreamstime.com>

Figura 2: Movimentação de material: imprópria X apropriada



Fonte: dreamstime 2. Disponível em: <https://www.dreamstime.com>. Acesso em: 25 abr. 2022.

Quanto ao mobiliário, a NR-17 regulamenta que as bancadas ou mesas precisam proporcionar condições de boa postura, visualização e operação. As cadeiras devem ter altura ajustável à estatura do trabalhador e possuir encosto que se adapte à região lombar do indivíduo, como pode ser observado na Figura 3, na qual se mostra o monitor ajustado aos olhos.

Figura 3 - Ajuste do mobiliário



Fonte: dreamstime 3.

Figura 4 - Suportes ergonômicos



Fonte: www.focuslaboral.com.br.

A análise ergonômica individual pode identificar a necessidade da utilização de suportes para a adaptação completa do trabalhador, conforme mostrado na Figura 4, que exemplifica suporte para os pés e braços, apoio lombar para a coluna e descansos de punho para teclado e mouse.

A preocupação com a ergonomia no trabalho gera um impacto positivo e imediato aos trabalhadores. Proporcionar boas condições de trabalho possibilita mais disposição para executar suas funções no ambiente determinado, além de sentirem-se mais valorizados e confiantes com a postura de preocupação da organização. É uma medida preventiva que gera economia, uma vez que reduz números de afastamentos e acidentes de trabalho e ao promover o conforto e bem-estar, intensifica o fluxo de trabalho. A análise ergonômica no ambiente de trabalho amplia a possibilidade de identificação de fatores de risco, reduzindo significativamente o surgimento de doenças ocupacionais, principalmente a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e o Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT).

3.2 GESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A escolha da profissão, cultura, valores, infraestrutura familiar, relações interpessoais são fatores relevantes para a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Diante do exposto, considera-se que a Qualidade de Vida é a união de diversos fatores que proporcionam equilíbrio e bem-estar ao ser humano. Nos aspectos, emocional, físico e mental. Além de relacionamentos sociais com familiares e amigos.

QVT é um conceito amplo, cujo objetivo é encontrar o ponto de equilíbrio entre o bem-estar do trabalhador e a eficácia da empresa. A qualidade de vida no trabalho é um dos indicadores da saúde organizacional.

Chiavenato (2008) considera que a qualidade de vida implica em criar, manter e melhorar o ambiente de trabalho seja em suas condições físicas, psicológicas e sociais. Isso resulta em um ambiente de trabalho agradável, amigável e melhora substancialmente a qualidade de vida das pessoas na organização. Com o mercado em ampla competição, as empresas passam a se preocupar mais com o lucro e colocações perante seus concorrentes, exigindo dos funcionários mais horas trabalhadas e altos índices de resultados em prazos cada vez mais curtos. Existem empresas que não se preocupam com a saúde física e mental de seus colaboradores e não promovem Qualidade de Vida. A proposta básica para solucionar essa questão,

é desenvolver e oferecer um ambiente de trabalho bom, não só para a saúde econômica da empresa, mas também para a saúde das pessoas que ali trabalham e fazem parte daquele contexto diário.

A implantação da Gestão de Qualidade de Vida em uma empresa é uma ferramenta essencial para identificar a importância dos funcionários para uma organização. Os programas de QVT têm como finalidade proporcionar ambientes de trabalhos mais agradáveis, condições melhores nos aspectos: saúde, físico, emocional, social; além de tornar equipes mais comunicativas, integração dos setores com seus superiores, entre outras vantagens favoráveis a satisfação de todos aqueles inseridos na organização.

Segundo Chiavenato (2004, p. 448) “A gestão da qualidade total nas organizações depende fundamentalmente da otimização do potencial humano”. Estudos recentes demonstram que a baixa motivação, falta de atenção, baixa produtividade e alta rotatividade dentro de uma organização estão ligadas a ausência de qualidade de vida no meio de trabalho.

Assim, a qualidade de vida dos trabalhadores que exercem suas atividades nas unidades de informação é um fator determinante para a qualidade da performance desses indivíduos e, por consequência, para o sucesso dos resultados. Conciliar os interesses dos profissionais da informação e das instituições, certamente trará resultados benéficos para ambos.

Para auxiliar os profissionais a reduzir os riscos ocupacionais a que estão expostos rotineiramente, alguns métodos de segurança e contenção são usados a fim de reduzir ou eliminar essa exposição

3.3 A IMPORTÂNCIA DO EPI E DO EPC

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) são considerados barreiras de proteção primária. A existência e necessidade das barreiras de proteção secundárias em arquivos, bibliotecas e centro de documentação referem-se à projeção de instalações patrimoniais adequadas e seguras.

Os EPCs, segundo a ANAMT (2016, p.1), “buscam minimizar os riscos inerentes ao trabalho, protegendo a integridade física dos trabalhadores contra danos atuais e futuros à sua saúde e capacidade de produção”. Ainda de acordo com a

Associação, “existem EPCs específicos para cada tipo de risco, situação, ambiente e trabalho.” A maioria desses equipamentos são bem conhecidos, mas talvez não sejam devidamente associados a proteção coletiva pela falta de conhecimento às práticas de prevenção e assistência no ambiente de trabalho. São considerados EPCs: os extintores e os demais sistemas de prevenção ao incêndio, como detectores de fumaça, hidrantes e mangueiras; as redes de proteção, guarda-corpo, corrimão e fitas antiderrapantes nas escadas; os sistema de ventilação, como ares-condicionados e exautores; as fitas zebradas, cones e placas de advertência, entre muitos outros.

Os profissionais da informação que trabalham em unidades de preservação e conservação de documentos ainda podem contar com alguns outros equipamentos de proteção específicos à essas atividades, tais como a capela química de exaustão e a cabine de higienização. É imprescindível que os EPCs sejam mantidos em boas condições de funcionamento, em quantidade suficiente, distribuídos em locais estratégicos e que recebam manutenção periódica, para que então a intenção da segurança dos indivíduos, do ambiente e do acervo ali presente seja garantida. (LIMA; SILVA, 2012)

A NR-06 define EPI como “todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho”. Essa norma estabelece que toda instituição deve fornecer, gratuitamente, os EPIs adequados ao risco e em perfeito estado de funcionamento e conservação. Além disso, é fundamental que a instituição oriente e treine seus trabalhadores sobre o correto uso, guarda e conservação desses equipamentos. São considerados EPIs: óculos de proteção, toucas, capacetes, máscaras, respiradores, protetores auriculares, coletes, jalecos, aventais, luvas, botas e pro-pé, entre outros.

É importante ressaltar que muitos desses equipamentos possuem particularidades específicas para uma determinada função e que elas devem ser levadas em consideração no momento da escolha, como, por exemplo, os respiradores de proteção. Pode-se optar pelo uso dos respiradores semifaciais descartáveis sem válvulas, quando pretende-se fazer uma filtração superficial das partículas do ar ou optar pelos respiradores faciais de peça inteira, que possuem cartuchos químicos ou filtros mecânicos que garantem uma filtração do ar eficiente contra gases tóxicos e outras partículas nocivas. (LIMA; SILVA, 2012).

A NR-06 estabelece que toda empresa deve fornecer os EPIs adequados nas

seguintes condições:

- a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
- c) para atender a situações de emergência.

Percebe-se que a recomendação é que os equipamentos de proteção coletiva devam ser aplicados prioritariamente em uma unidade de informação, bem como em qualquer outro ambiente de trabalho, em detrimento do uso dos equipamentos de proteção individual. “Todas as possibilidades de controle das condições de risco presentes nos ambientes de trabalho por meio de EPC devem ser esgotadas antes de se recomendar o uso de EPI” (BRASIL, 2001, p. 45). Como exemplo, em um ambiente com muitas partículas nocivas suspensas no ar, o trabalhador poderia usar uma máscara para sanar o problema individualmente. Porém, conforme a NR-06 regulamenta, o correto seria aplicar as medidas protetivas de cunho coletivo para sanar o problema, como a limpeza dos filtros do ar-condicionado presente no ambiente. Caso essa ação já esteja em andamento, durante esse processo os profissionais poderiam fazer uso do EPI necessário, bem como em situações de emergência.

A existência de EPCs em uma unidade de informação é mais eficaz do que o uso dos EPIs pelos profissionais, no que se refere à prevenção de ocorrências de riscos ocupacionais nesses ambientes. O uso individual desses equipamentos implica em certa resistência dos trabalhadores, como exemplificou Bacellar (2005, p. 54), quando lembra que “o uso de luvas e máscaras em ambiente de clima tropical é, evidentemente, desconfortável, já que a maior parte das salas de consulta não é devidamente climatizada.” Há ainda problemas relacionados à falta desses materiais, esquecimentos e falta de hábito, fazendo muitas vezes com que essa proteção seja enfraquecida.

No ambiente arquivístico, em especial quando há manipulação de documentos, existe necessidade do uso dos seguintes EPIs: luvas, máscaras, toucas, jalecos, óculos de proteção.

Entre os EPCs, destacamos a mesa ou cabine de higienização. Silva (2007) menciona o chuveiro de emergência, no interior do laboratório ou em área próxima; lava-olhos de emergência; e recipiente para materiais perfurocortantes.

3.4 PROGRAMAS PARA A PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES E BIOSEGURANÇA

Além do já mencionado, as instituições devem desenvolver programas visando a proteção à saúde dos trabalhadores, segurança patrimonial e Biossegurança, conforme defende Silva (2007). Segundo ela, o programa de ordem e limpeza indica as etapas que o trabalhador deve cumprir, a exemplo de: (a) manter limpo o posto de trabalho, eliminando pó e restos de materiais, (b) ligar e desligar máquinas com atenção, (c) evitar derramar substâncias químicas a exemplos de tintas, solventes, óleos, (d) recolher, limpar e guardar as ferramentas de trabalho.

Entre outras, também são recomendações da autora para tornar o ambiente mais saudável para trabalhadores e acervos, que foram dirigidas, mais especificamente, para os profissionais que exercem atividades de conservação: controle das pragas; controle ambiental, com leitura diária do termo-higrômetro (controle da umidade e da temperatura ambiental); formação de uma equipe responsável pelo plano de emergência de evacuação da instituição; a organização de protocolos para relatos de acidentes e de incidentes.

No que concerne aos programas legais direcionados à saúde e segurança do trabalhador, destacamos a Análise Ergonômica do Trabalho – NR 17, que avalia a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores. A avaliação inclui, entre outros, os aspectos relacionados ao mobiliário e equipamentos dos postos de trabalho, as condições ambientais de trabalho e a sua organização.

Outro exemplo é o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – NR 7, que inclui exames de admissão, periódico, retorno ao trabalho, mudança de função, além de demissão dos trabalhadores, e é desenvolvido conjuntamente com o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – NR 9, cujo objetivo é prevenir e preservar a saúde e a integridade dos trabalhadores, pois identifica e controla os riscos ambientais existentes ou que possam surgir no ambiente laboral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arquivista pode estar exposto a riscos ocupacionais, que aliados a essa preocupação, ainda precisam desempenhar o fazer arquivístico, muitas vezes com um quadro constantemente reduzido de técnico arquivístico.

Nas atividades desenvolvidas pelos arquivistas estão presentes riscos ocupacionais que podem ser identificados, prevenidos ou minimizados, proporcionando um ambiente de trabalho saudável e com Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Os riscos existem e estão presentes rotineiramente no ambiente de trabalho, mas não se pode deixar o senso comum banalizar essas ameaças. Aceitar que um acervo tenha fungos e outros agentes biológicos, que é normal o Arquivista adquirir alergias e ter dores no final do dia, que todo profissional arquivista é estressado ou que é corriqueiro que equipamentos não funcionem nas instituições por falta de manutenção são hábitos enraizados na cultura brasileira que impedem que haja reação por parte daqueles que mais sofrem os prejuízos dessa má administração.

A saúde e o bem-estar do arquivista devem ter atenção, assim como é dada à conservação e preservação dos acervos arquivísticos. A exposição aos riscos ocupacionais, biológicos, físicos, químicos, ergonômicos e de acidentes, em decorrência do desconhecimento ou não adesão aos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), implicam na necessidade de desenvolvimento de práticas que envolvem a adoção de medidas administrativas, técnicas, educativas e sociais.

Portanto, o presente trabalho objetiva apresentar formas de minimizar ou controlar os fatores de riscos ocupacionais do arquivista. Enumerando os EPIs e EPCs, a necessidade da observância de Normas Regulamentadoras (NR), as práticas saudáveis como meios de promover conforto, saúde e segurança dos Arquivistas, cujas práticas são desenvolvidas no ambiente de trabalho em que se processa a higienização, organização e guarda de documentos arquivísticos.

Concluindo assim, que as instituições precisam desenvolver programas para a promoção da saúde e qualidade de vida de seus Arquivistas e a necessidade de atenção aos fatores de riscos psicossociais e descobrir novas ideias. Pois, a disseminação dos conceitos de forma adequada nos centros arquivísticos propiciam ambientes favoráveis à melhorias do desempenho em saúde e segurança no

ambiente arquivístico. Porém, ainda existem desvios de interpretação que devem ser tratados, como por exemplo:

- Crença de que os acidentes ocorrem por acaso;
- Preocupação exclusiva com a ocorrência dos acidentes, desconsiderando a importância da investigação dos quase-acidentes e tratamento de suas causas;
- Crença de que os acidentes ocorrem pelo fato de os trabalhadores cometerem atos inseguros, não considerando que o ambiente de trabalho pode estar sem as condições de segurança necessárias.

Desta forma, pode-se inferir que quando os conceitos da saúde e segurança do trabalho dos profissionais dos arquivos são poucos conhecidos ou mal aplicados, influenciam de maneira direta no desempenho das atividades.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, José. **Gestão da Qualidade**. Rio de Janeiro: Interciencia, 2009.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- ARAÚJO, Renata Pereira. **Avaliação da Sustentabilidade Organizacional de uma Empresa do Setor Petrolífero: Ferramenta para Tomada de Decisão**. Itajaí: Dissertação à Universidade do Vale do Itajaí Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental, UNIVALI, 2006a.
- ARAÚJO, Renata Pereira. **Sistemas de Gestão em Segurança e Saúde no Trabalho: uma ferramenta organizacional**. Joinville: Monografia Apresentada à Universidade de Santa Catarina para obtenção de título de especialista em Segurança do Trabalho, UDESC 2006b.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo**. Rio de Janeiro: O Conselho, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA. – ABERGO. **O que é Ergonomia?** Disponível em: <http://www.abergo.org.br/o-que-%c3%a9-ergonomia/>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MEDICINA DO TRABALHO – ANAMT. **Equipamentos de segurança são obrigatórios para reduzir riscos**. Disponível em: <http://www.anamt.org.br/portal/2016/04/19/equipamentos-de-seguranca-sao-obrigatorios-para-reduzir-riscos/>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23 - 79.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**, 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.
- BENITE, Anderson Glauco. **Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho para Empresas Construtoras**. Dissertação apresentada à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde; Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasil: Ministério da Saúde, 2001.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (Org.). Norma Regulamentadora Nº 01. **Disposições gerais**. BRASÍLIA, DF. 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp->

nrs/nr-1/. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. (Org.). Norma Regulamentadora Nº 05. **Comissão interna de prevenção de acidentes**. BRASÍLIA, DF. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-5-nr-5/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. (Org.). Norma Regulamentadora Nº 06. **Equipamento de proteção individual - EPI**. BRASÍLIA, DF. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-6-nr-6/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. (Org.). Norma Regulamentadora Nº 09. **Programa de prevenção de riscos ambientais**. BRASÍLIA, DF. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-9-nr-9/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. (Org.). Norma Regulamentadora Nº 15. **Atividades e operações insalubres**. BRASÍLIA, DF. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-15-nr-15/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. (MTE). (Org.). Norma Regulamentadora Nº 17. **Ergonomia**. BRASÍLIA, DF 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-17-nr-17/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. (Org.). Norma Regulamentadora Nº 24. **Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho**. BRASÍLIA, DF. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-24-nr-24/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRITO, Jussara. Saúde do trabalhador: reflexões a partir da abordagem ergológica. *In*: FIGUEIREDO, Marcelo; ATHAYDE, Milton; BRITO, Jussara; ALVAREZ, Denise. (org). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p.161-187.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**, São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

CERQUEIRA, Jorge Pedreira de. **Sistemas de Gestão Integrados**: ISO 9001,

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

COOK, Michael. **Automatização de Arquivos**. Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Lisboa, n.2, p. 37- 46, jan./ dez. 1996.

FLORA; Eloisa Sofia Santino. **A percepção dos colaboradores sobre riscos e doenças profissionais**: um estudo em Misericórdias. Bragança, 2013. Disponível em:
https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/624/1/TCC_ArquivologiaSaudePercepcao.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

GLINA, Débora Miriam Raab. Modelos teóricos de estresse e estresse no trabalho e repercussões na saúde do trabalhador. *In*: GLINA, Débora Miriam Raab; ROCHA, Lys Esther (Org). **Saúde mental no trabalho**: da teoria à prática. São Paulo: Roca, 2010, p. 3-30.

JARDIM, José Maria. Entrevista. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 7-21, jan.–jun., 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

LAPA, Reginaldo Pedreira. **Segurança Integrada à Gestão do Negócio**. Brasilminingsite, Belo Horizonte, fev. 2001.

LOBO, Renato Nogueirol. **Gestão da qualidade**. 3. reimpr. São Paulo: Érica, 2012.

MONTEIRO, Luciano Fernandes.; LIMA, Hugo Leonardo Moreira.; SOUZA, Márcia Juliana Paiva de. A importância da saúde e segurança no trabalho nos processos logísticos. **XII SIMPEP** - São Paulo. 2005. Disponível em:
https://simpep.feb.unesp.br/anais/anais_12/copiar.php?arquivo=Monteiro_LF_A%20importancia%20da%20s.pdf/. Acesso em: 20 abr. 2021.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Saúde do trabalhador**. Brasília. Disponível em: Brasil - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde (paho.org). Acesso em: 2 mar. 2022.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e gestão dos documentos. Belo Horizonte, **Perspectivas em Ciências da Informação**, v.1, n. 01, p.102-117, jan./abr.2006.

SILVA, Francelina Helena Alvarenga Lima e. Segurança e Saúde do Profissional em Conservação. *In*: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. **Conservação de Acervos /Museu de Astronomia e Ciências Afins**. (MAST Colloquia; 9). Rio de Janeiro: MAST, 2007, p. 163-174.

SILVA, Francelina Helena Alvarenga Lima e. **X Curso de Segurança de Acervos Culturais** - Enfoques e ações em Biossegurança e Biosseguridade em bibliotecas, arquivos e museus. Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Victor Moraes Lopes da; *et al.* A correlação entre ergonomia e saúde ocupacional. São Paulo, **Pesquisa e Ação**, v. 5, n. 1, p. 109-126, jun. 2019.

TAVARES JUNIOR, João Medeiros. **Metodologia para Avaliação do Sistema Integrado de Gestão: Ambiental, da Qualidade e da Saúde e Segurança**. Tese apresentada a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2001.

ZANELLI, José Carlos; KANAN, Lilia Aparecida. **Fatores de risco, proteção psicossocial e trabalho: organizações que emancipam ou que matam**. Florianópolis: Uniplac Editora, 2018.